

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO COMITÊ GESTOR DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA /TRANSCRIÇÃO

18 DE JULHO DE 2024 – 10h30 às 12h15

AUDITÓRIO DO CONSEMA

PAUTA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO COMITÊ GESTOR DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Abertura

Apresentação dos representantes do Comitê

Atribuições do Comitê Gestor e Conselho Estadual de Mudanças Climáticas

Estratégia Climática do Estado de São Paulo

FINACLIMA

Discussões

Encaminhamentos

Fechamento

PARTICIPANTES

Carina Dolabella Pereira, Coordenadora da Assessoria de Mudanças Climáticas e Sustentabilidade da SEMIL

Marina Ballesteros dos Santos, Coordenadora de Planejamento Ambiental da SEMIL

Manuel Marcos Botelho, Secretário Executivo da Secretaria de Transportes Metropolitanos

Marcos Corrêa Lopes, Chefe do Departamento de Desenvolvimento Tecnológico e Meio Ambiente da EMTU

Ana Flávia Oliveira, Assessora da Subsecretaria de Planejamento da Secretaria da Fazenda

Mauro Benedito de Santana Filho, Assessor da Casa Civil
Patrick Johann Schindler, Chefe da Assessoria Internacional da SEMIL
Alberto Pereira Gomes Amorim, Assessor da Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Marcio da Silva Queiroz, Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Edmilson Dias de Freitas, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Maria Claudia Pereira de Souza, CDHU

Eduardo Trani, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Lidiara Beatriz Kurachi Lenarduzzi, Defesa Civil

Bianca Mazzuchelli, AMCS SEMIL

Danielle Coimbra Moreira, CETESB

Julia da Motta, Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Osvaldo Lucon, AMCS SEMIL

Liv Nakashima Costa, CETESB

SEMIL: Quando a gente está falando de tudo que foi construído no Estado de São Paulo, olhando para as mudanças climáticas, que com certeza também influenciaram a construção do próprio país. Então a gente começa da Convenção-Quadro das Nações Unidas de Mudanças do Clima com a Rio 92, que foi quando começou esse movimento olhando para o meio ambiente. Em seguida, veio o Protocolo de Kyoto, que trouxe um avanço considerável, olhando exatamente para a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos e criou mecanismos importantes que eu menciono, dentre eles, o mecanismo de desenvolvimento limpo que trouxe o mercado voluntário de carbono, de extrema importância e que funciona até hoje. Ele tem alguns deslizes que a gente vê acontecendo, mas é um mecanismo importante que a gente valoriza, que a gente estimula e que gostaríamos, inclusive de estimular mais. Coloquei uma linha do tempo breve, não vou me aprofundar muito, porque acho que é uma reunião sucinta, mas a gente fica à disposição também para debater todos esses temas. A gente tem a política estadual de mudanças climáticas que foi publicada em 2009, antes da própria política climática nacional. O Estado de São Paulo aí sempre puxando muitas agendas, então em seguida, ainda em 2009, a gente teve a política climática nacional publicada. Junto dessa política

climática estadual de 2009, a gente publicou um decreto em 2010 com a governança do Estado de São Paulo, exatamente instituindo o comitê gestor de mudanças climáticas e o conselho estadual de mudanças climáticas. Naquele momento, a gente tinha um outro panorama. Quando a gente pensa em mudanças climáticas e essa governança acabou não avançando, propriamente dita. O comitê gestor chegou a funcionar durante alguns anos e o conselho estadual de mudanças climáticas se reuniu apenas uma vez. Bom, com o Acordo de Paris em 2015, a gente tem as NDC's instituídas, que são as contribuições nacionalmente determinadas pelos países. O Brasil atualmente está na terceira atualização da NDC. A gente colocou ali pequenininho as metas da NDC hoje vigentes, a título de conhecimento, olhando para 2025, 2030 e 2050, neutralidade climática. Uma coisa que acho curiosa, importante trazer: o Acordo de Paris ele traz como um marco, uma meta, a redução de emissões a partir do ano de 2020 que é exatamente o ano da pandemia, né? Quando a gente olha aí para o ano da pandemia, a gente tem uma queda enorme de emissões, porque o mundo parou, não é? Mas são coisas do destino mesmo. Traz uma reflexão, é interessante para gente, em como a gente trabalha realmente é o desenvolvimento sustentável no mundo, garantindo um mundo habitável para as futuras gerações.

Em 2021, o estado de São Paulo, aderiu, via decreto, às campanhas da ONU Race to Zero, que tem foco em mitigação de gases de efeito estufa. E à Race to Resilience, que tem foco em resiliência climática e desse decreto, alguns compromissos vieram junto com ele, que foi o nosso Plano de Ação Climática 2050 disponível, vigente atualmente. E o nosso Plano de Adaptação e Resiliência Climática atualmente em desenvolvimento pela SEMIL. Esse comitê vai poder trazer as suas contribuições de suma importância e da mesma forma com relação ao Plano de Ação Climática vigente. A gente sabe que qualquer plano é sempre orgânico, porque sempre acontecem novas externalidades, o que faz com que nós tenhamos que revisitá-los, revisá-los. Mas não podemos parar. A gente tem que ter ação concreta caminhando junto com a revisão ou estruturação de planos. Junto com esse decreto do Race to Zero e Race to Resilience, a gente também trouxe aí a demanda do zoneamento ecológico-econômico, que é uma diretriz do estado de São Paulo, hoje já vigente.

Depois vou deixar a Marina contextualizar melhor sobre o zoneamento, e o plano estadual de energia 2050, que foi elaborado ao longo de 2023, entrou em consulta pública e no momento ele está há em diagramação para ser disponibilizado para toda a sociedade. Ele já traz um marco de neutralidade climática até 2050. Ele vem alinhado ao nosso Plano de Ação Climática e ao nosso Plano de Adaptação de uma forma indireta, que sempre quando você trabalha a mitigação você traz benefício para adaptação. Entrando em 2024, a gente publicou, reativou essa governança climática do Estado de São Paulo, revogando o decreto mencionado agora há pouco de 2010, e basicamente, olhando as lições aprendidas que tivemos de 2010 até aqui, a gente percebeu que um dos motivos dessa governança não ter alavancado no estado, além de, obviamente, o decreto de 2010 foi publicado um pouquinho depois da COP de Copenhague, que era um outro panorama de consciência global, olhando para as mudanças climáticas, mas era uma governança muito robusta, com um colegiado com muitas pastas e isso foi um dos motivos de ter inviabilizado. Por falta de quórum, entre outras razões. Por isso, optou-se em ter uma governança mais enxuta, o que não a tira o desafio que a gente tem de se engajar com as demais secretarias, que também têm uma parte na governança

climática do estado de São Paulo, mas com isso a gente viabiliza que essa governança, a nível de Comitê e conselho, aconteça. Então esse é o objetivo. A gente tem aí como oportunidade também convidar outras pastas para compor as reuniões, olhando para as agendas, e ressaltar o convite que a gente fez para a Defesa Civil nos acompanhar permanentemente aqui nesse Comitê, exatamente pela importância que a Defesa Civil tem quando se trata de emergências climáticas, então acho que é importante ter essa participação efetiva.

Quero registrar a publicação pelo governo federal da lei que traz as diretrizes para elaboração dos planos de adaptação às mudanças climáticas, agora em junho. Fiquei bem feliz quando analisei o teor dessa lei, de ver que o estado de São Paulo está no caminho certo. Existe uma previsão nessa lei de integrar a mitigação e a adaptação. Vejo esse como o próximo passo que a gente vai ter assim que a gente tiver o nosso plano de adaptação em mãos, a gente tem um desafio de integrar essas agendas. O que vai trazer muitas oportunidades, porque tem muita sinergia quando a gente está falando de mitigação e de adaptação.

Essa estratégia desenhada aqui pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística é com base na nossa política estadual de mudanças climáticas. Então a gente tem dois eixos estruturantes, o eixo de mitigação e adaptação. Hoje a gente está aí dando o pontapé inicial na governança climática do estado de São Paulo. A gente já tem uma governança olhando para o meio ambiente. O CONSEMA que acaba trabalhando diversas questões de mudanças climáticas exatamente também para suprir essa lacuna que existia. Temos também o conselho estadual de política energética, que foi reativado no ano passado por conta do protagonismo e da importância da agenda energética para o estado de São Paulo, para o Brasil e para o mundo.

Olhando para esses eixos, o que eu queria trazer de desafio para vocês é que o eixo de mitigação que tem aí, como um a norte, o nosso plano de ação climática ele acaba influenciando todos os nossos planos setoriais e, da mesma forma, olhando para adaptação, o nosso plano de adaptação e resiliência climática que está em desenvolvimento, ele também tende a influenciar todos os nossos planos. São planos que têm um caráter orgânico, que é necessário revisitá-los e sempre olhar para esse alinhamento como uma oportunidade acima de todos os desafios. Temos olhado para a mitigação e para adaptação com dois programas que tem um viés de capacitação e engajamento, que é o São Paulo Carbono Zero, que tem um alinhamento com o Race to Zero e ele é um compromisso voluntário do estado de São Paulo para empresas e municípios apresentarem, além do inventário de emissões de gases de efeito estufa, uma trajetória de descarbonização até 2050, assim como nós, quando a gente está falando do nosso plano de ação climática, que também tem aí um caminho previsível até 2050 de neutralidade climática.

O Programa Municípios Paulistas Resilientes é um programa de capacitação dos municípios e no momento a gente está desenvolvendo um EAD para ser disponibilizado para os 645 municípios e além do Programa Municípios Paulistas Resilientes eu queria também ressaltar a capacitação promovida pela

Cetesb, que é um parceiro super importante, relevante nas mudanças climáticas. A Cetesb promove também uma capacitação. Ela fez uma capacitação já na Baixada Santista e fez agora também no Alto Tietê, então a gente trabalha de forma integrada.

A estratégia integrada fortalece esses projetos, maximiza essa lente climática, o que já existe, que é relevante, que é consistente e consegue enxergar as lacunas. Então acho que esse é um dos objetivos aqui desse colegiado, adentrando ali nos planos que estão ali, bem no miolinho, exatamente por conta desse olhar. A gente tem aí diversos planos ali. Hoje estão os planos da SEMIL, mas a ideia é a gente ter os planos de governo olhando para cada caixinha e não só as caixinhas aqui representadas. E dos planos a gente tem dos desdobramentos em programas e projetos setoriais, que em todos eles a ideia realmente é identificar todos esses programas e projetos que contribuem para a mitigação e adaptação e exatamente como se pode fortalecer esses programas e projetos. Enfim, inserir outras demandas diante das lacunas que a gente consiga identificar. Por último a gente tem um mecanismo financeiro recém criado, foi criado no dia do meio ambiente, o FINACLIMA que está nesse momento num processo de estruturação da governança e a ideia realmente é a permitir match de recursos, seja doação, seja financiamento de diversas Fontes, para realmente viabilizar que a gente alcance os compromissos traçados que a gente sabe que tem um desafio enorme com relação aos recursos.

Por último, temos uma setinha embaixo aí do slide com temas que são de uma certa forma transversais. Quando a gente está falando dessa agenda, destaco a infraestrutura. Educação ambiental é chave, o zoneamento ecológico-econômico é importante, tem que ser considerado porque traz as vulnerabilidades de cada região, as finanças verdes, representadas pelo próprio FINACLIMA, a inovação. E quero ressaltar o papel da ciência e tecnologia, olhando exatamente para novas tecnologias, a importância de ter uma visão disruptiva quando se está falando de mudanças climáticas e um eixo transversal muito importante que é a justiça climática. Como identificamos quem está mais vulnerável a um possível desastre, como a gente contempla a essas pessoas sob a ótica climática e garante uma condição melhor para essas pessoas.

Entrando um pouco nas atribuições do nosso Comitê, temos diversos desafios, a ideia a gente ir trabalhando, passo a passo. Temos um desafio enorme, inclusive olhando para o conselho estadual de mudanças climáticas, que está agora em fase final de estruturação. Esse Comitê vai ter o desafio de analisar todas as recomendações do conselho estadual de mudanças climáticas, consultivo e tripartite, e assessorar o governo na tomada de decisão relativa a toda essa agenda climática. Também para capacitar a todos, de entender exatamente a importância dessa agenda e a participação de todos porque não é responsabilidade exclusiva da SEMIL, é uma responsabilidade coletiva.

Acho que os últimos eventos que aconteceram a no país reforçam a necessidade de sair do plano e ir para ação concreta. O plano é importante, é a estrutura e em paralelo, a gente tem que trabalhar realmente em ações concretas para prevenir e maximizar todos os benefícios advindos dessa agenda,

quando executada realmente de forma integrada e por último, há o desafio de estruturar uma avaliação ambiental estratégica do estado de São Paulo e isso envolve realmente a gente entender o papel de cada pasta dentro do estado de São Paulo, sob a lente climática.

Olhando para o conselho, a estrutura do conselho estadual acabamos de fechar a análise das organizações socioambientais que se inscreveram para participar do conselho estadual. Então o conselho estadual tem seis secretarias de estado participando, seis representantes do município e seis representantes da sociedade civil. O conselho estadual é coordenado pela Casa Civil e tem como Secretaria executiva, a Secretaria de Meio Ambiente.

Entrando nos eixos, queria trazer um olhar para o plano de ação climática. A gente tem cinco setores no nosso plano de ação climática e dentro de cada um temos uma estratégia específica, com metas e ações que têm influência de diversas pastas. Existem ações programadas e que a gente precisa entender o papel de cada um para ter êxito no que se está comprometido, de uma forma efetiva e consistente.

Os planos setoriais da SEMIL acabam desdobrando em programas e projetos setoriais. Esse foi um exercício que fizemos olhando para os benefícios dos programas da casa, que trazem um benefício para cada um desses setores. Todos esses programas são das subsecretarias da Secretaria de Meio Ambiente, cada qual com uma ótica que contribui para a mitigação de gases de efeito estufa. Alguns desses programas não estão nessa caixinha só da mitigação, eles têm um benefício para adaptação climática.

Um exemplo ótimo é o Refloresta SP, que é um programa da Subsecretaria de Meio Ambiente que tem um braço de restauração, mas também tem um braço de conservação. Então, quando a gente está falando de restauração, a gente está trazendo um benefício olhando para as nossas metas de uso da terra e florestas. Mas quando a gente está falando de conservação, estamos trabalhando a resiliência climática. A ideia é mapear os planos setoriais das outras secretarias que estão aqui num primeiro momento, e os programas e projetos setoriais delas. Dessa forma se consegue ter uma visão mais objetiva das sementes do estado de São Paulo com relação à mitigação e o podemos fazer para aprimorar e maximizar.

Queria dar um exemplo de uma ação que a gente já está fazendo em parceria com outra Secretaria e que traz um benefício direto para dois setores de mitigação. A gente está falando da questão dos biocombustíveis. Recentemente, a SEMIL e a Secretaria da Agricultura publicaram uma resolução junto com a Cetesb, que tem um papel de extrema importância. É uma resolução padronizando o processo de licenciamento de plantas de biometano no Estado de São Paulo. A gente já licenciou a planta de cocal, num momento de lançamento de dois procedimentos: o procedimento da bioplanta do setor sucoenergético e o procedimento de licenciamento de transporte de carretas a biometano.

Com isso, a gente está trabalhando a questão dos resíduos do setor sucoenergético e a gente também está trabalhando o setor de energia sob a ótica de uma energia renovável, desse potencial que a gente tem aqui no estado de São Paulo. São duas secretarias trabalhando juntas na formulação de uma

política pública que traz previsibilidade e segurança jurídica, desburocratização para o mercado e isso atrai investimentos. A ideia é essa, é a gente entender como a gente pode trabalhar junto para maximizar as oportunidades no Estado de São Paulo e atrair mais investimentos.

A ideia é que essa seja a nossa primeira tarefa aqui, do nosso comitê, de fazer esse mapeamento abrangente, macro, para depois afunilar e conseguir chegar a um nível de realmente estruturar. É uma política pública. É em parceria, olhando exatamente para os desafios de cada área e também podendo maximizar questões como, por exemplo, a justiça climática, educação ambiental, inovação.

Já que estamos falando de mitigação, queria trazer o perfil de emissões do estado de São Paulo, referente ao ano de 2022 em comparação com o perfil de emissões brasileiro. Como vocês podem ver, há uma diferença bem significativa olhando para o nosso perfil de emissões. Com relação ao Brasil, temos um equilíbrio de desafios. Temos como maior desafio o subsetor de energia, transportes. Tão importante ter o secretário executivo ao nosso lado, olhando para o desafio que a gente tem nas emissões de transporte. A gente vê o biometano como uma das rotas, sem desconsiderar a importância da eletrificação. Temos abundância de biomassa no estado de São Paulo e olhando para a valorização dos recursos energéticos que temos é importante considerar rotas que não só resolvem o problema do setor de resíduos, também muito importante, utilizando exatamente esses recursos.

Quando se trabalha o biometano, se resolve não só um problema da descarbonização dos transportes, mas a gente está trabalhando o setor de resíduos e efluentes, que é um desafio enorme. Entrando agora na adaptação, quando se fala de mitigação é sempre mais fácil falar de mitigação, porque é algo mais tangível, temos as emissões como mensuradas e tudo mais. Quando entramos em adaptação e resiliência climática, existe a necessidade de um olhar regional. Porque não existe uma receita pronta, é cada região, cada município tem as suas próprias particularidades, os seus próprios desafios, olhando para a vulnerabilidade, então é o desafio do estado de São Paulo em trabalhar o plano de adaptação e resiliência. Ele envolve fortemente o engajamento com os municípios, é trazer a essa consciência essa necessidade de entender as suas próprias externalidades e trabalhar isso de forma bem assertiva, com indicadores que fazem sentido.

O nosso plano de adaptação está em desenvolvimento. Temos cinco eixos estruturantes e todas essas caixinhas estão interconectadas. Todas acabam adentrando questões como segurança energética, que não está aí numa dessas caixinhas, mas ela está sendo considerada nessa construção. A Marina vai poder falar aqui um pouco melhor do plano de adaptação. Ela está coordenando o desenvolvimento desse plano aqui dentro da Subsecretaria de Meio Ambiente, mas da mesma forma que a mitigação, eu queria trazer esse olhar para vocês, que é um olhar abrangente que é a interface dos planos setoriais e dos programas e projetos setoriais da casa que têm um benefício direto para adaptação e resiliência climática. Temos diversos programas na casa, por exemplo, o Município Verde e Azul, ele tem algumas diretivas específicas, olhando para adaptação, que entrou recentemente no programa, exatamente para puxar a agenda desses municípios. A gente sabe da amplitude que esse programa tem dentro do estado de São Paulo. Então a gente tem que

aproveitar esse espaço para exatamente poder apoiar os municípios nessa construção. Temos diversos programas e projetos que têm uma interface de benefícios para a resiliência climática.

Queria destacar aqui também a questão da segurança alimentar, que dentre outros temas, tem uma importância absoluta e a gente tem o olhar no plano de adaptação federal, ele tem um foco muito específico na questão de segurança alimentar e vejo isso como uma oportunidade para o estado de São Paulo, que é um player muito importante, quando a gente está falando de tudo que é feito e conduzido pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

CPLA/SEMIL: Só queria trazer uma complementação no slide anterior. A Carina citou muito bem a segurança alimentar e aqui o nosso foco é a produção de alimentos, então o foco na agricultura familiar, na capacidade do cidadão de acessá-los, a gente está falando também de saúde única, que é essa integração da saúde ambiental, humana e dos animais. Da segurança hídrica, a gente olhar para a segurança, para disponibilidade e qualidade da água, pensando nos diversos usos. A zona costeira aqui não é um tema, mas ela é uma região muito sensível e muitos eventos climáticos vão acontecer, especialmente nela, por isso, esse destaque especial aqui e na biodiversidade. A gente está falando dos serviços ecossistêmicos, da conservação dos biomas que também são bem importantes. A Carina também colocou muito bem quando a gente fala do Refloresta, da conservação, da vegetação nativa.

E aí só um detalhamento na Infraestrutura, por enquanto a gente tem trabalhado com algumas infraestruturas como eixos estruturantes, então a gente entender qual é a relação dessas infraestruturas com esses eixos temáticos. Como eles influenciam e são influenciados. E aqui a gente está falando, por enquanto, de logística e transporte, energia, saneamento, habitação e saúde. A gente começou uma conversa com o pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, a Secretaria de saúde também tem nos procurado para a gente entender como essas infraestruturas são pensadas para serem mais adaptadas ou para potencializar a resiliência e adaptação das regiões e a justiça climática também, como foi muito bem colocado pela Carina, é o nosso principal desafio aqui na elaboração desse plano é como a gente pensa nas dimensões da justiça climática. E aqui a gente está falando de questões de raça, gênero, idade, grupos étnicos e gênero também. Como a gente pensa medidas de adaptação e de mitigação também que são transformadoras para a sociedade; a gente evitar replicar desigualdades que a gente vê que o que colocam pessoas mais ou menos sensíveis e expostas a esses eventos.

E aqui o ZEE ele é um instrumento, então que a Carina também falou que eu ia complementar, já aproveitando aqui é um instrumento lançado no final de 2022, é um instrumento de planejamento e gestão ambiental, também trabalha com cinco diretrizes estratégicas e olha para as potencialidades e vulnerabilidades das regiões do Estado de São Paulo, pensando tanto na parte socioeconômica quanto ambiental. As diretrizes do ZEE conversam muito com as diretrizes do plano de adaptação. Por isso o ZEE é nossa principal base de dados para esse processo de elaboração do plano de adaptação. As diretrizes do ZEE trabalham com resiliência a mudanças climáticas, segurança hídrica, salvaguarda da biodiversidade, redução das desigualdades regionais e

economia competitiva e sustentável. Então a gente vê que ele traz uma base de informações, tanto para diagnóstico de forma agregada ou separada com esses indicadores também de cenários para 2040, e uma análise agregada e individualizada pensando no multinível. Conseguimos ter uma visão regional e local do desempenho das regiões nesses indicadores selecionados. Também temos os produtos de projeções climáticas, que são uma parceria com o INPE, onde a gente tem projeções para 2020, 2050 para dez variáveis climáticas. Desde aumento ou redução de chuva, aumento ou redução de temperatura e a ideia é cruzar, a gente usar até como base de dados para influenciar os outros planejamentos e os planos setoriais, além das próprias diretrizes aplicáveis. Então, depois que a gente analisou como está o território, o próprio instrumento, ele propõe algumas ações para a melhoria desse desempenho ambiental e socioeconômico para as regiões que também conversam muito com as medidas de adaptação que a gente pensa em propor para o plano estadual de adaptação, então é só para dar base de dados para vocês entenderem a onde a gente está. Esse é o nosso fluxo de trabalho para o plano de adaptação, então a gente primeiro definiu as diretrizes para o PEARC, a gente começou esse trabalho no final de 2022, começo de 2023. Definimos aquela estrutura que foi apresentada aqui. Foram essas definições que a gente fez. A gente está nesse momento de identificação e priorização dos impactos climáticos, através de uma metodologia de cadeias de impacto para cada um daqueles eixos, a gente está identificando quais são os principais impactos para aqueles temas para a gente poder pensar numa priorização.

Sabemos que não vamos dar conta de fazer tudo de uma maneira, mas a gente está pensando no plano ser incremental, então a gente faz uma primeira versão agora, trabalha pontos prioritários para depois a gente ir melhorando e ampliando a capacidade de atuação desse plano. O próximo passo então, a partir dessas priorizações das medidas de impacto é definir medidas de adaptação, olhando muito para as infraestruturas e para a justiça climática: como a gente pode influenciar esse pensamento nas medidas de adaptação para a gente ter um documento consolidado, para levar à consulta pública que é um outro caminho que a gente tem para desenvolver no plano de adaptação é fazer um plano de comunicação e participação e aqui a gente destacou os momentos que a gente imagina que são super importantes para o Comitê participar nesse processo.

A gente imagina que nesse processo da consulta esse documento, um pouco mais consolidado, ele seria apreciado aqui por esse colegiado, antes da gente disponibilizá-lo para a sociedade de modo geral, então a gente tem um acordo entre a Secretaria sobre o que está sendo proposto, e a gente fazer uma escuta qualificada nos conselhos que são consultivos da política. Então, o CONSEMA e o conselho de mudanças climáticas ao longo desse período de consulta pública. Depois disso, recebidas as contribuições, a gente avaliando a gente retornaria com essa versão aqui para o Comitê, para fazer uma validação da versão da primeira versão do PEARC. Então a gente teria dois momentos, um antes da consulta e um depois da consulta e depois a gente pensaria juntos aqui nesse conselho, nesse Comitê como a gente faz para priorizar essas ações na implementação nos diversos setores envolvidos, porque a implementação ela vai passar por diversas pastas aqui, diversos setores.

Dentro das atribuições do Comitê tem, além de aprovar apoiar a implementação desses planos, tanto do de adaptação quanto de mitigação. A ideia a gente ter uma primeira versão ainda esse ano, estamos trabalhando arduamente para conseguir cumprir o cronograma estabelecido e acordado com a secretária. A gente conta colocar a estrutura de governança, tanto o comitê quanto o conselho dentro desse fluxo de trabalho. Lembrei do desafio da gestão multinível. Eu acho que quando a gente vai pensar nas medidas de adaptação e na implementação, a gente se atentar às ações que são estaduais. É muito fácil nessa conversa da adaptação a gente entrar na atribuição do município, que é onde os efeitos estão ocorrendo de fato. Então a gente também conseguir balizar o que há na atuação das secretarias do estado para a gente pensar nessas medidas de adaptação ou em ações regionalizadas também. E como a gente faz essa gestão multinível. Como a gente conversa com as diretrizes que estão vindo do governo federal, que também está elaborando seu plano nacional, como a gente conversa com os municípios que estão sendo incentivados agora por lei. Mas assim já estavam sendo incentivados a terem seus planos de adaptação. Então, como a gente faz essa compatibilização entre o que está sendo desenvolvido no município com o estado e também com as diretrizes internacionais que vão sendo a cada ano renovadas, indicando os avanços que todo que o mundo, de forma conjunta está fazendo. E a gente também trazer olhar esse olhar da justiça climática para quando a gente traz para a visão global, a gente está dentro dessa justiça climática como um player a ser observado. O sul global tem um papel diferenciado, então acho que são esses os grandes desafios e o nosso fluxo de trabalho, quando a gente está falando de adaptação, obrigada.

SEMIL: Só queria complementar com uma questão. A gente vê várias oportunidades acontecendo exatamente para, olhando para organismos internacionais. Aí eu queria agradecer aqui o Patrick por esse engajamento. A gente está começando um projeto agora com o UK PACT, que São Paulo é um dos estados contemplado junto com, Pernambuco e Minas, não lembro agora. Mas é sobre finanças verdes. E vai rolar uma capacitação e nós colocamos aí, tomamos a liberdade de colocar o nome de todos os membros aqui do comitê gestor para poder participar dessa capacitação que vai ser conduzida pelo The Climate Group. Estou trazendo aqui para vocês só a ideia é realmente a gente trabalhar em conjunto e aprender junto exatamente olhando para essas oportunidades também de recursos externos, que a gente sabe que a gente precisa deles, então a ideia é trabalhar nessas potencialidades, olhando para essas demandas de adaptação e mitigação e olhando exatamente para como essa cadeia, na verdade ela se fecha. A gente estava falando, falei aqui do transporte e esqueci de falar da ciência, tecnologia. Porque o biometano ele é um insumo muito rico quando a gente está falando dos combustíveis renováveis, como hidrogênio de baixo carbono, metanol, combustível de aviação sustentável, gasolina verde, que está sendo produzida lá no Chile com eólica, então como fazemos para que esses projetos cheguem aqui e o estado de São Paulo seja escolhido exatamente por essa intensidade tecnológica, olhando para toda a biomassa que a gente tem. É um olhar realmente sistêmico e que vai trazer benefícios; geração de emprego para todas as interfaces aqui do estado de São Paulo.

SAA: Adorei tudo isso e mais ainda a ideia de ter uma capacitação específica para a gente se alinhar. O nosso chefe é um só, nossa fonte de dinheiro é a mesma, então não tem porque não serem ações transversais, tá certo? O que a gente enxerga aqui, pelo menos eu enxergo num primeiro momento: que nós vamos poder ajudar na área agro, no pedaço agro que tem interface com transportes metropolitanos, com a ciência e a tecnologia, com os seis institutos que estão lá dentro da Secretaria e com as áreas que estão lá, se for necessário fazer um P&D a campo, a gente tem onde fazer. Nós temos uma série de propriedades e culturas e coleções de árvores para isso. Falar em etanol, hidrogênio verde, biometano para nós é tranquilo. A gente está investindo forte em induzir, habilitar que as pessoas, os proprietários das granjas de suínos e aves implantem sistemas de biodigestor para evitar também poluir água e solo. E tem tido uma receptividade muito boa. Agora, recentemente, semana passada em Bastos, na feira do ovo, o pessoal estava falando um monte sobre sistemas, processos, as empresas estavam lá, então estamos satisfeitos que essa indução funcionou.

A gente criou um programa no FEAP para que os pequenos produtores, até quatro módulos, possam fazer sistemas integrados lavoura, pecuária, floresta com processamento de resíduos orgânicos, transformando em gás para uso residencial e também o resíduo para uso como fertilizante associado à fotovoltaica. Então tem uma jogada interessante que é grãozinho de areia, mas um monte de grãozinho de areia é enche uma caixa grande. Nós temos junto com o pessoal do desenvolvimento econômico, o braço agro dos antigos arranjos produtivos locais que agora é cadeias produtivas locais. É um ordenamento e mesmo que aquele grupo não logre êxito em ser credenciado, ele se organiza e essa organização ajuda muito a não emitir e a não contaminar porque é uma das partes principais, então também estamos nisso aí até o talo. A gente tem as 43 câmaras setoriais que vocês podem usar quanto quiserem para fazer as consultas específicas dos setores. É como se fosse uma prévia da consulta pública, uma medida de água, da temperatura da água, faz usando as câmaras setoriais, porque elas estão montadas, é fácil você chegar nos setores e a gente tem também a CAT e a CDA, que são os organismos ou de transferência de tecnologia, de assistência técnica e extensão rural ou de fiscalização. E elas, em conjunto, atingem cidades pequenas, um monte de gente ao mesmo tempo, então contam com a gente como vocês fizeram conosco agora no programa do greening. Aliás, ontem subiu para a Natália aquela resolução conjunta para poder fazer a queima controlada dos pomares contaminados, já fechado com as duas ACJ's. Então essa semana deve passar. Vamos continuar com essa parceria, a SEMIL e a SAA, todo mundo que quiser, porque nós temos muita coisa para fazer.

SAA: Só fazer uma complementação também. A gente também tem desenvolvido algumas iniciativas lá na Secretaria. Agora vai começar. A gente espera que no mês que se inicia a elaboração do processo do plano estadual de irrigação sustentável, que é uma medida prioritária de adaptação para o setor. Acho que é importante a gente pensar em como integrar, a gente vai estar constituindo uma câmara temática de irrigação sustentável. E é importante a participação principalmente aqui da casa, da SEMIL, da Cetesb, das vinculadas, do DAEE, para a gente poder alavancar isso. Um outro ponto é pensar, acho que a gente já tinha discutido isso no processo das oficinas que eu tenho podido participar do PEARC, em como integrar os outros sistemas de políticas públicas que a gente tem no estado, no processo de elaboração e aí pensando nos eixos do PEARC, a segurança hídrica com o SigRH; mais correlato a nós, o

sistema de segurança alimentar nutricional que a gente tem o CONCEA, e tem a câmara intersecretarial de segurança alimentar. Inclusive, solicitaram para fazer uma apresentação sobre a política de mudanças climáticas, que Secretaria vinha colocando, coloquei a constituição do comitê gestor. Então, de que maneira, em que momento daquele cronograma a gente conseguiria fazer essa integração com esses outros sistemas que já estão funcionando e que, enfim, tem a atribuição explícita na nomenclatura dos eixos que a gente está trabalhando aqui para o PEARC.

SDUH: A título só das primeiras contribuições. Achei excelente a apresentação, estamos todos alinhados com esse conjunto de ações que a SEMIL está à frente. Estamos num bom caminho nesse Comitê. E achei a ideia excelente que a gente faça essa primeira rodada, cada Secretaria. O Amorim já começou a mostrar. A Agricultura tem inúmeras iniciativas, alguns conhecem outros não. Certamente a Secretaria de Desenvolvimento Econômico também tem. E nós, em nome da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, que é nova, uma novidade nesse governo. O governador teve uma excelente iniciativa, que foi justamente criar uma Secretaria para olhar o Desenvolvimento Urbano, que tem tudo isso, não só o planejamento territorial das cidades. Tem a ideia do desenvolvimento e como nós estamos montando isso, a oportunidade está dada por vários instrumentos de trabalhar a questão do reflexo das mudanças climáticas nas cidades. A gente sabe que precisamos avançar nisso. O PMVA é uma frente que eu acho que foi uma frente importante como instrumento, e hoje nós temos organização. As dez regiões metropolitanas de São Paulo estão montadas, nós temos conselhos metropolitanos que têm trabalhado com essa temática que criou a as câmaras temáticas metropolitanas, então nós temos mais um meio para discutir as temáticas de mudanças climáticas lá na ponta, que é quando os municípios fazem. São 255 municípios nas dez regiões: nove regiões metropolitanas e uma aglomeração urbana. Então montados todos os conselhos, montadas todas as câmaras, e lá é muito importante para a gente levar justamente os objetivos desses projetos que tanto a SEMIL como as outras secretarias podem fazer conectadas. Só para aduzir mais sugestões, com a Defesa Civil nós temos inúmeros trabalhos na área dos PMRR's, os planos municipais de redução de riscos são fundamentais. Nós estamos implementando nas regiões metropolitanas, no Vale do Paraíba nós fizemos os 36 financiados pelo FEHIDRO, os planos municipais de resiliência climática. Nós temos que passar do plano, como bem disse a Carina, agora para os projetos e ações e o que nós temos fomentado na discussão regional é quais são os projetos prioritários para que a gente faça a sinergia dos recursos públicos do estado com os dos municípios. Acho que essa é a grande chamada e que esse comitê tem que olhar para que a gente comece a ver reflexo de fato, se as ações, repito as da agricultura, importantíssimas, eu acho que o Amorim vai mostrar, as de transportes, nós estamos trabalhando juntos. A Secretaria dos Transportes Metropolitanos para nós é fundamental. Os novos modelos da EMTU têm uma série de demandas municipais que vão na linha de diminuir justamente o impacto, por efeitos de melhores ofertas de serviços que consomem menos carbono.

Então eu acho que é esse Comitê e a primeira proposta é excelente. Ficaria aqui uma tarefa para nós, para uma próxima reunião, que cada Secretaria traga o leque de iniciativas. A Maria Cláudia aqui à frente, inclusive, coordena o plano de desenvolvimento urbano, que é um programa novo. Não havia discussão de desenvolvimento urbano. A gente fazia só habitação. Então tem toda a questão e hoje a gente tem atuado em temáticas importantes. Por exemplo,

estamos criando um programa agora de melhorias urbanas nas cidades com soluções baseadas na natureza. O estado não financia mais melhorias urbanas que não tenham soluções baseadas na natureza. É uma mudança importantíssima. Estou vendo aqui o colega da Casa Civil, você sabe disso, nós estamos justamente pensando em novos modelos que sejam muito mais sustentáveis também para as cidades e não só para o núcleo urbano. Mas para a cidade como um todo, então vejo aqui um campo muito fértil para a gente trabalhar junto. Oportunamente é traremos as nossas diretrizes.

Essa união de esforços do governo do estado, é importante um comitê gestor do estado, obviamente, e não só o conselho que vai ouvir os demais. Claro que tem uma série de temas que a gente gostaria de aprofundar depois, as métricas e a importância do plano da área do desenvolvimento urbano, que é o plano de adaptação e resiliência climática como a maior contribuição que a gente pode dar de forma mais direta.

SDUH: Quando a gente olha para desenvolvimento urbano e habitação, a gente vai para o território, a gente vai para as regiões, a gente vai para olhar como é que isso tudo se materializa. Também achei muito interessante a gente trazer essas iniciativas todas. Estamos fazendo o esforço de elaboração do plano. Essa discussão com os setoriais, com transportes, com educação, com todos os setores, com a SEMIL especialmente, acho que esse diálogo é muito rico, porque se enxerga uma série de possibilidades. Além de toda a discussão do desenvolvimento urbano, até onde a gente vai na questão das regiões. Queria completar que a gente tem um instrumento que está em formatação, um sistema de informações metropolitanas e municipais que tem, por enquanto desenvolvido o módulo habitação pela CDHU, mas que conversa com a questão toda dos assentamentos precários, que vai na vulnerabilidade territorial específica para a gente atuar. Que conversa com a Secretaria de Desenvolvimento Social que está sentando com a gente para definir como focalizar essas áreas. Acho que tudo isso tem que ser trazido para cá. E mesmo na questão dos projetos habitacionais, não olhar isso de uma forma isolada. Por exemplo, a gente tem está avançando num programa de atuação na baixada santista, na questão das palafitas. E temos vários outros que a gente tem chamado de projetos habitacionais estratégicos. Porque eles não focam só a questão da habitação, é habitação vinculada a uma outra temática que conversa com toda essa questão. Acho que é muito interessante, porque a gente vai para o território olhando conjuntamente essas ações e pensando em coisas que podem potencializar tudo. Obrigada.

CASA CIVIL: Primeiramente só parabenizar pela iniciativa, estou há dois meses integrado ao governo do estado e vejo iniciativas como essa, propulsora de possibilidades de atração de investimentos e outras possibilidades que o estado do tamanho de São Paulo possibilita. Nós temos dentro do escopo da mudança climática o que chamamos comumente da matriz piramidal. Abaixo dela eu vejo, em síntese, o que está sendo desenvolvido aqui, primeiro a mudança ambiental e mudança climática. Como uma parte superior dessa pirâmide temos as mudanças ambientais, ou seja, as mudanças ambientais no seu espectro mais amplo, até mesmo a consciência do servidor. Nós temos também as mudanças conceituais e eu vejo aqui um fórum aberto para que essas mudanças... Nós temos aí a participação do Edmilson no fórum acadêmico e outros fóruns das mudanças conceituais. Então, o Brasil requer muito as mudanças conceituais. E nós temos, por fim, as mudanças organizacionais. Nesse quadripé dessa matriz eu fico muito feliz de ver que é uma forma que o

estado de São Paulo começa e já está trabalhando há um bom tempo. A partir daí, começamos a tratar das diversidades, das inclusões e da cultura de valor. Chegamos, conversamos lá com o secretário de Desenvolvimento Econômico. Essa cultura de valor está sendo implementada por um conceito e uma diretriz do nosso governador. É uma cultura que visa sempre agregar valor ao estado de São Paulo e diminuir o risco de investimento. Então esse fórum leva abertura para que possamos, através de um tema tão relevante que é a mudança climática, trazer oportunidades de negócios para dentro do estado e a partir daí nós temos algumas experiências em relação a empresas exponenciais. E aí você falou um ponto da empresa exponencial, que é a visão disruptiva. Acho que todos aqui conhecem essa visão disruptiva dentro de um conceito de expansão exponencial de qualquer tipo de plano de ação, você tem quatro ações; que é justamente a visão disruptiva, a atração de investimento, medidas inclusivas. E aí entra o ecossistema colaborativo. Nós temos dentro do estado de São Paulo uma possibilidade de termos um ecossistema colaborativo utilizando os nossos municípios. Então é uma visão sistêmica e acho que foi colocada pelo companheiro que me antecedeu na fala, um sistema integrado das ações para políticas climáticas. É importantíssimo. Essa visão integrada é que faz com que possamos avançar em diversas situações, em especial no tema que nós estamos tratando. Foi falado também no zoneamento. Nós fizemos um trabalho junto com o governo do Paraná. É na região de Araucária que era a zona de desenvolvimento econômico sustentável. Ela tem uma concepção da ZEE, mas ela visa mais a atração de investimento dentro de um plano ESG. Então ela tem um conceito diferente. Ela faz atração de investimento e ela foca no conceito de smart city, atrelando a cidade inteligente às questões ambientais. É importante que se tenha esse conceito, trazer o município numa qualificação maior, não só o smart city básico que a gente acha que é iluminação, integração de sistema, base de coleta, resíduo mais a parte ambiental e a parte de sustentabilidade dentro da política climática de uma forma diferenciada. Seria isso e agradecer aqui a oportunidade da Casa Civil estar presente. Como se diz, sou o pato novo, não vou fazer mergulho profundo. Estou há dois meses só, mas conhecendo aqui o nível do fórum, temos muito a ganhar pelas possibilidades de fazer com que o estado de São Paulo se mostre como efetivamente é, um estado gigante. Obrigado.

SEFAZ: Da parte da Coordenadoria de Planejamento, eu acho que um dos avanços que nós tivemos agora nessa nova gestão foi na elaboração do PPA, a gente vincular todos os programas, produtos em ações aos ODS's, aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Acho que daqui já dá para gente começar um primeiro exercício de puxar essas informações lá, de todo estado. Quais os programas, produtos, ações estão vinculados aos ODS's, ligadas às mudanças climáticas e, a partir daí, a gente começar com esse mapeamento, já ver: olha o estado executou tanto, entregou tanto, são esses indicadores são esses objetivos que a gente está atendendo, que a gente consegue ter uma visão do estado como um todo, do comprometimento que a gente tem com essa pauta. Acho que no segundo semestre, até o final do ano, já conseguimos ter um panorama desse primeiro ano do PPA, dos produtos que nós criamos, os programas que nós criamos e como que a gente está. É para a gente replanejar, remodelar e aí colocar em cada programa, em cada produto, em cada ação, a priorização disso. Vai ajudar para articular e criar até melhorar a nossa articulação, a nossa integração. Então, da parte da Subsecretaria de planejamento eu já me comprometo a tentar fazer esse mapeamento para trazer nas próximas discussões.

SEMIL: Você sabe que nós temos sido demandados desse número? quanto que o estado tem de programas e projetos que tenha uma relação com as mudanças climáticas. Porque as mudanças climáticas não têm orçamento próprio, estão pulverizadas. Precisamos realmente fazer um exercício para entender. Olhando o PPA a eu cheguei a tentar fazer uma conta, mas tive um pouco de dificuldade, porque o PPA tem vários desdobramentos e às vezes é um pedacinho de um dos programas que tem uma correlação. Mas acho que é importante ter isso no nosso radar, porque seria um golaço ter uma conta de tudo o que está acontecendo no estado, que tem uma correlação com a mitigação ou com a adaptação. O ideal seria a gente ter mitigação e adaptação. Mas se não tiver, que seja pensando que a gente vai integrar as duas coisas, ter esse denominador seria muito interessante para mostrar realmente o impacto hoje, olhando para o orçamento, tudo aquilo que traz benefícios aí para as mudanças climáticas.

SEFAZ: Nesse primeiro momento, acho que a gente já tem como mapear, pegando tudo que elaboramos, tudo aquilo que foi apontado pelo ODS's, aí depois a gente pode tentar ir avançando cada vez mais, tentando pontuar programas, produtos e ações dessa temática, aí vamos avançando.

SCTI: O Mauro comentou que está há meses na Casa Civil. Eu acho que eu sou mais novo aqui, porque eu estou exatamente há uma hora e meia na Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação. É uma iniciativa sensacional, porque ver essa integração... Como você falou, está tudo pulverizado e muitas vezes a ação se torna pouco efetiva. Justamente por isso, porque você tem esforços nas diversas direções e muitas vezes eles não se conversam. Então fico muito feliz de participar dessa iniciativa. Obviamente como tarefa eu já tenho que buscar essas iniciativas que estão sendo feitas pela Secretaria, que também é uma Secretaria nova, recém-criada nesse governo. Muita coisa ainda está sendo desenvolvida dentro da Secretaria de Ciência e Tecnologia, mas ela tem uma ligação muito forte com as universidades e com a Fapesp. Existe um conhecimento muito grande nessa temática de mudanças climáticas, principalmente se pensarmos na questão da inovação. Se a gente olhar, tiver um foco ali na questão da mitigação, envolve muita inovação. Falamos da questão do hidrogênio, mas a gente tem lá hoje uma planta de hidrogênio a partir de etanol. Quer dizer, é eletrificação, mas ao mesmo tempo com base numa matriz verde. Obrigado.

STM: Gostaria só de pontuar a área de atuação da Secretaria de Transportes Metropolitanos e a SEMIL. Toda a gestão do transporte e logística está a cargo da SEMIL e bem conduzido, o plano estadual pelo André Nozawa. Acho que é importante integrar, então toda a parte logística e transportes, carga e ferrovias, principalmente, estão a cargo da SEMIL. Ainda na parte de ferrovias, tem já constituído o Programa São Paulo nos Trilhos, que é uma iniciativa da atual administração de aproveitamento e expansão da rede ferroviária. Nós estamos inseridos nesse Comitê também e temos um convênio com a SEMIL, através da CPTM, para aproveitamento dessa malha ferroviária. Uma iniciativa da atual administração de muito comprometimento com a questão climática e de meio ambiente, além do que a Secretaria hoje está com o Metrô de São Paulo. Nós estamos com cinco obras em pleno andamento de expansão. A Linha 2 vai ter uma expansão da Vila prudente até Penha e depois de Penha até Guarulhos, levando ele para a região metropolitana, a expansão da Linha 4, essa pela concessionária até o Taboão, a expansão da Linha 5 até Jardim Ângela. A Linha 15 com obras em execução, o monotrilha. Ele tem uma expansão

para a zona leste de São Paulo, lá para a Jacu Pêssego, saindo de São Mateus e também no sentido inverso, aqui de Vila Prudente a Ipiranga para integrar com a Linha 10 da CPTM. São obras em andamento. A Linha 6, que está sendo toda executada pela iniciativa privada e o foco da atual administração é ter uma expansão maior. A expansão de trilhos significa tirar o ônibus da rua, melhorar o trânsito, a mobilidade e a emissão de carbono. E como essa administração é muito voltada para concessões e parcerias, no sentido de poder expandir, criar mais possibilidades de investimento e expansão dessa rede. Estamos à disposição, esperamos contribuir com o Comitê, agradecer novamente o convite e parabenizar pela apresentação.

SEMIL: Como encaminhamentos, a gente gostaria de trazer o desafio de cada um trazer de uma forma bem breve nesse primeiro momento, os planos, programas e projetos setoriais, com interface com a agenda de mitigação e adaptação das secretarias aqui presentes. Sugerimos fazer uma pasta no drive que acho que todo mundo aqui acessa, compartilhada do comitê e a gente coloca lá uma pastinha com toda a regulamentação que a gente inclusive deixou para vocês disponível as principais regulamentações climáticas e a gente poder dentro dessa pasta do comitê gestor trabalhar num modelo olhando para os planos, programas e projetos de cada Secretaria para avançar. A nossa sugestão na nossa próxima reunião é cada Secretaria trazer de uma forma sucinta, um pouquinho desse trabalho que será levantado para a gente se qualificar, saber o que que está acontecendo e poder trabalhar exatamente nas oportunidades de interfaces e tudo mais. A gente sugere ter uma proposta de um regimento interno bem sucinto, algo bem simples, do que a gente está falando, de um colegiado que é interno, de secretarias, mas só para ter uma regrinha para quando for fazer algum tipo de deliberação para não dar confusão. Queria saber se alguém se opõe ou se a gente pode apresentar para vocês essa minuta. Só queria endossar aqui antes com vocês. Pelo decreto, nos reunimos a cada 3 meses, mas nós iríamos sugerir nesse primeiro momento para aquecer os tambores, marcar uma extraordinária no meio do caminho para poder avançar até a COP 29, em Baku, no Azerbaijão. Acho que seria bem oportuno. Vai ter a COP da biodiversidade também, que é a cada dois anos. Estamos nos organizando para a nossa participação. Vamos marcar uma agenda também para gente contar um pouco das entregas da SEMIL e por último, acho que a Ana trouxe uma oportunidade para trabalhar também a interface do PPA com as mudanças climáticas para conseguir levantar um número olhando exatamente para o orçamento de cada pasta. Ter a Secretaria da Fazenda aqui é muito bom, porque vocês têm tudo. É muito importante, obrigada.

SAA: A equipe da Secretaria da Fazenda, tecnicamente, é super qualificada. Já falei com o secretário executivo, Rodrigo e vários outros integrantes. Acho que nós temos uma oportunidade de usar a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Fipe, que presta serviço pra vocês, para à luz da inteligência artificial, dar possibilidade de se fazer com uma rapidez tremenda cálculos atuariais e poder entender quais programas poderiam ser testados, simulados, para gerar créditos que criem essas possibilidades. Muitas vezes você faz redução de uma taxa de um tributo por um momento específico, 3 anos, 6 anos, e isso traz um kickback para a sociedade violento. Nesse sentido, o pagamento dos serviços ambientais pode ser viabilizado, estímulos específicos para alguma cadeia de produção que tenha esse viés de ser aliviado no capex para poder gerar alguma coisa que crie... No caso dos Transportes Metropolitanos, por exemplo, se o pessoal tem um prazo de carência, prazo para pagar um tributo diferido num momento específico, isso pode gerar um benefício maior do

que aquilo que se abriu mão no primeiro momento. Só dá para fazer isso com cálculo atuarial, só que cálculo atuarial era um negócio difícil de fazer. Hoje com os mecanismos de inteligência artificial, inclusive, que estão lá dentro da USP, porque a FEA tem a Fipe e tem a FIA e tem um pessoal especial muito especializado nisso lá, poderia ajudar a gente a entender aonde que eu baixo uma tributação e ganho em arrecadação lá na frente, porque eu vou gerar mais benefícios em cadeia. Isso eu já discuti muito com o Trani no passado.

SEFAZ: Tem que levar isso lá para para as subs do financeiro e orçamento. Teria que envolver as outras subsecretarias.

SAA: Sim, perfeitamente, com a representante da Fazenda aqui.

SEFAZ: Vou levar isso pro Rodrigo. Vou conversar com o Rodrigo quando ele voltar.

SAA: Por favor, porque seria interessante esses mecanismos de inteligência artificial, que permitem a você fazer simulações com machine learning, com inteligência artificial, você pergunta onde eu faço a redução para ter o melhor resultado do cashback e do kickback. Aí ele mapeia todo o sistema para você. Afinal de contas, as informações primárias de tributação estão na Fazenda. Era essa a sugestão. Obrigado.

SEMIL: Como sugestão para a próxima reunião, que pensamos em fazer no começo de setembro se ninguém se opuser, a gente manda para vocês o convite com antecedência para depois do feriado de 7 de setembro, na semana subsequente. Quero encerrar a reunião e agradecer imensamente por esse pontapé inicial e fico à disposição. A gente vai compartilhar com vocês nossa pasta do drive e vai conversando. Queria fazer mais um grupinho do WhatsApp, se ninguém se opuser, porque sei que já temos milhares, mas acho que seria bom. Se todo mundo puder me mandar um WhatsApp para eu poder montar um grupinho, fazemos a panelinha do comitê gestor. Obrigada.